

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA Xª  
VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX

**Distribuição por dependência - Proc: XXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, nascido em XX/XX/XXXX, atualmente com XX anos de idade, filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, representado neste ato por sua genitora, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, filha de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, RG nº XXXXX SSP/XX, CPF nº XXXXXX, residentes e domiciliados na XXXXXX, CEP: XXXXXX, telefones (XX) XXXXXX/XXXXXXXX/XXXXXX (recado com FULANO DE TAL), vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, propor

**AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - RITO DA  
PRISÃO  
Art. 733 - CPC**

em face de **FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, RG nº XXXXX SSP/XX e CPF nº XXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefone (XX)XXXXXXXX/XXXXX, pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

**I - DOS FATOS:**

FULANO DE TAL, ora Executado, está obrigado a pagar, a título de prestação alimentícia para FULANO DE TAL, ora Exequerente, o equivalente a **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo**, a serem depositados diretamente na conta da genitora do menor, Conta Poupança n° XXXXX, Variação XX, Agência XXXXX, BANCO TAL, **até o dia XX (XXXXXXXX) de cada mês**, conforme cópia da certidão de publicação de sentença anexa.

A referida obrigação alimentar transitada em julgado por força da sentença judicial proferida nos autos do processo nº XXXXXXX, desta Circunscrição Judiciária.

Mesmo sendo de irrefutável necessidade a prestação de alimentos determinada judicialmente para a manutenção do Exequerente, o Executado **deixou de efetuar os depósitos** de sua obrigação alimentar nos últimos meses, conforme resta demonstrado nos extratos bancários anexados a esta inicial.

Os alimentos não pagos e que se referem aos meses de XXXXX a XXXXXX do ano corrente totalizam o valor de **R\$ XXXXXX**, o qual tem como base o valor do salário mínimo vigente no corrente ano (R\$XXXXX). Frise-se que os valores se encontram atualizados monetariamente, conforme planilhas extraídas do sítio eletrônico [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), *link* atualização monetária.

Apesar de reiteradas e infrutíferas tentativas amigáveis para recebimento do passivo alimentar devido pelo Executado, persiste até o momento a situação de inadimplência de sua obrigação para com o Exequerente.

### **III - DO DIREITO:**

---

O autor não vem cumprindo sua obrigação alimentar, cabendo execução sob o rito da prisão. Esta Ação encontra-se devidamente regulamentada no artigo 733 do CPC.

Quando os alimentos são em benefício de menor, possuem o caráter da indisponibilidade, ou seja, o Responsável legal do infante tem o justo dever de exigir a sua liquidação.

Ressalte-se que o egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, em se tratando de execução de alimentos, a prisão civil do devedor torna-se cabível não só em relação às três últimas parcelas vencidas, **mas também quanto às vincendas durante a tramitação do processo**, conforme se verifica pelo enunciado da Súmula 309, *in verbis*:

**SÚMULA 309 - STJ:**

O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à citação e as que vencerem no curso do processo.

Portanto, o Exequente pleiteia que os alimentos que vierem a vencer no decorrer da tramitação do processo passem a ser computados e integrar o débito.

**IV - DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, requer:

A) Os benefícios da justiça gratuita;

B) A citação do Executado, para que, **no prazo de até XX (XXXX) dias**, efetue o pagamento da obrigação alimentar atrasada - **XXXXX a XXXXX de XXXX** -,

---

referente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo vigente (R\$XXXXXX), cujo valor importa em **R\$ XXXXXX**, depositando referida importância na conta bancária de titularidade da mãe do Exequente, FULANO DE TAL, CPF XXXXXXXX, junto ao BANCO TAL, Conta Poupança nº XXXXXXX, Variação XX, Agência XXXXXX, **sob pena de ser decretada sua prisão civil pelo débito alimentar;**

C) A intimação do membro do Ministério Público;

D) A aplicação do disposto no artigo 290 do Código de Processo Civil, incluindo-se no pedido as prestações vincendas no curso deste processo e não pagas pelo Executado;

Atribui-se à causa o valor de R\$ XXXXX.  
Nesses termos, pede deferimento.

XXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX.

---

FULANO DE TAL - Exequente  
Representado por - FULANO DE TAL

---

Dr. FULANO DE TAL  
DEFENSOR PÚBLICO DO XXXXXX

---

Mat. XXXXX